

Para Pastore, fim do déficit público não garante estabilidade

por Fernando Dantas
do Rio

O economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, defendeu ontem a idéia de que a eliminação do déficit público não é suficiente para se garantir a estabilidade da economia durante o próximo governo, em seu pronunciamento no Fórum Nacional, na sede do BNDES, no Rio.

Para Pastore, "é preciso criar um regime fiscal pelo qual a sociedade não vislumbre uma continuidade indefinida do déficit público, e sim que o encare como um fenômeno transitório". Ele defendeu mudanças nos arranjos institucionais — especialmente em relação ao Banco Central e ao Tesouro Nacional — que impedem um controle monetário eficaz.

Duas alterações foram mencionadas por Pastore como fundamentais: a limitação da operação do BC

com títulos públicos no mercado secundário, e o fim da possibilidade de o Tesouro Nacional financiar seus déficits de caixa ilimitadamente junto ao BC.

"Eu desconheço qualquer outro País do mundo que tenha uma configuração institucional como essa", disse Pastore, criticando o fato de o Tesouro ter "uma conta infinita" junto ao BC.

Assim, ele acha que apenas a independência política do BC não é suficiente para se garantir a estabilidade econômica, sendo necessária também uma mudança no regime fiscal.

Pastore disse também que a dívida interna brasileira não é grande, já que atinge menos de 20% do PIB, contra proporções bem maiores nos casos de diversos países desenvolvidos: 100% na Itália, 50% no Japão, 45% nos Estados Unidos e 40% na Inglaterra.

Ele distinguiu dois tipos



Affonso Celso Pastore

diferentes de hiperinflação: a que é causada pela dolarização da economia, como nos casos da Bolívia, em 1985, e da Argentina, em 1989; e a que seria consequência de uma monetização da dívida interna, que ameaça o Brasil.

Dizendo que a saída da

hiperinflação em economias dolarizadas pode ser até mais rápida, Pastore defendeu, como parte de um programa de combate à inflação, o que chamou de "âncora cambial": uma paridade fixa entre a moeda nacional e o dólar, que poderia ser ajustada pela autoridade econômica, de acordo com a expectativa de inflação.

Presente ao debate, o senador Roberto Campos discordou da tese da âncora cambial, ressaltando que, normalmente, concordava com "110%" de tudo o que Pastore pensava. Para Campos, a âncora cambial sempre embute o risco de que a autoridade econômica tenha uma expectativa errada da inflação e acabe criando problemas na área cambial.

"A única âncora para um programa antiinflacionário é a meta de expansão monetária, que deve ser observável pela comunidade", concluiu o senador.